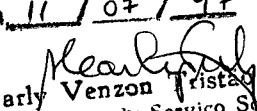


ANDRÉIA VIEIRA

**PODER E DOMINAÇÃO NUM ESTABELECIMENTO
PRISIONAL:
RETRATO DO SEU COTIDIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso
de Serviço Social apresentado ao
Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título
de Assistente Social, orientado pela
Profª. Jucília Vieira de Castro.

Aprovado Pelo C. S
Em 11 / 07 / 97

Marly Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS
1997**

**Aqueles aos quais devo minha vida.
A meu pai Osni (in memoriam)
e a minha mãe Rainildes,
dedico este trabalho.**

'Quando uma semente não se torna planta, dizemos que a terra pode não ter sido propícia, que a semente pode não ter recebido água ou luz solar suficientes - nunca colocamos a culpa na semente. Mas se não desabrocham flores na vida do homem, dizemos que ele é o responsável por isto. Ninguém pensa se o adubo foi pouco, se houve escassez de água ou falta de sol, e faz algo em relação a isso; o próprio homem é acusado de ser mau.

Assim a planta-homem tem permanecido subdesenvolvida, oprimida pela hostilidade e incapaz de alcançar o estágio de florescimento.'

- Osho -

AGRADECIMENTOS

Citar nomes é uma tarefa difícil, pois corre-se o risco de magoar alguém pelo esquecimento. Creio que o mais importante é a satisfação anônima de quem dá, e o reconhecimento íntimo de quem recebe.

Desta forma, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	vi
CAPÍTULO I.....	ix
1 Resgate Histórico da Pena e das Prisões	
1.1 Evolução histórica da pena.....	x
1.2 Surgimento das prisões.....	xvii
1.3 A pena no Brasil (As normas penais no Brasil).....	xxi
CAPÍTULO II.....	xxvi
2 Prisão: Espaço de Dominação	
2.1 Um retrato do poder e dominação exercidos no sistema prisional.....	xxvii
2.2 A Penitenciária Estadual de Florianópolis e seu cotidiano.....	xxxiv
2.3 A prática do Serviço Social no espaço prisional.....	xxxix
2.4 O Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.....	xlili
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	l
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	lv

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, além de cumprir a exigência do curso de Serviço Social para a obtenção do título de Assistente Social, procura mostrar, um pouco, as formas de controle, poder e sutis violências que fazem parte da estrutura autoritária da prisão.

Não se busca aqui manifestar simpatia pela sorte do homem que vai para a prisão. Acredita-se que ele fez por merecer. Porém, o fato de ter cometido num momento atípico de sua vida, talvez sobre pressões emergentes ou a longo tempo acumuladas, um ato nocivo à sociedade, não extermina toda a sua natureza humana, nem o faz “contagioso como a própria peste”, justificando, assim, os maus tratos recebidos enquanto cativo.

A visão que muitos tem a respeito da prisão e dos que ali se encontram detidos, deve ser alterada. Não se pode ver a penitenciária como se fosse um hotel e o preso como se fosse um hóspede às custas do Estado.

Os quatro semestres de Estágio Supervisionado realizado no espaço prisional proporcionaram uma aproximação maior com esta realidade tão obscura para muitas pessoas. E foi a partir deste convívio com todo

corpo que forma uma instituição penal que surge o interesse em discutir o tema Poder e Dominação num estabelecimento prisional.

É mister dizer aqui que desses quatro semestres de estágio, três foram realizados no Presídio Feminino de Florianópolis e um na Penitenciária Estadual de Florianópolis. Apesar de mais longo o tempo passado na primeira instituição mencionada, este trabalho dará enfoque à Penitenciária, onde a problemática discutida se apresentou de forma mais evidente.

No primeiro capítulo, com o auxílio de considerável material bibliográfico, é feito um resgate sobre a evolução histórica da pena, o surgimento das prisões e um pequeno relato das normas penais no Brasil.

É importante preceder o tema principal deste trabalho com um resgate histórico, pois desta forma torna-se mais fácil perceber que no decorrer do longo percurso da evolução da forma de apenar, houve um “afrouxamento” da severidade penal, deixando o corpo de ser alvo principal, passando-se a um castigo que atingisse mais o coração, o intelecto, a alma.

No segundo capítulo mostra-se que na prisão o poder e a dominação estão presentes nas mínimas coisas e que, o alvo

“ressocialização” transforma-se num objetivo que vem subordinado a função punitiva do sistema.

Em contato com o material obtido durante o período de estágio, procurou-se relatar um pouco sobre a Penitenciária Estadual de Florianópolis e seu cotidiano, analisando a atuação do Serviço Social nessa instituição, relacionando, ainda, a bibliografia utilizada para o embasamento teórico do mesmo.

Espera-se que o conteúdo aqui apresentado contribua de alguma forma para novos estudos sobre o tema abordado e que possibilite a troca do saber e o crescimento profissional, provocando reflexões a todos que dele fizerem uso.

CAPÍTULO I

RESGATE HISTÓRICO DA PENA E DAS PRISÕES

“... a atual prisão e todas as suas seqüelas são o produto final de um longo processo de tormentos físicos, e morais infligidos ao homem, no decorrer dos séculos e, por isso, longe de ser aquela instituição ressocializadora que tanto se almeja.”

- Orlando Ferreira Melo -

1.1 Evolução Histórica da Pena

✓ A pena é uma instituição muito antiga, cujo surgimento se registra nos primórdios da civilização.

“Em seus começos, a pena era uma reação contra o delito que aspira a reproduzir ou conservar os caracteres próprios da ação criminal... Inflige-se ao delinqüente um sofrimento igual ao que causou a sua vítima.”
(FUNES, 1953. p. 26)

✓ A função repressiva da pena passou por etapas distintas, sem que, no entanto, a vingança tenha deixado de estar presente como móvel da reação à ofensa, sendo que, até os dias de hoje, a reação contra o crime ainda guarde o caráter de vingança.

✓ Durante o período que se intitulou Período da Vingança Divina, observa-se que a pena tinha um objetivo de vingança, só que, como a própria referência a esse período diz, uma vingança divina.

✓ A história penal dos povos antigos apresenta uma reação primitiva de caráter religioso, aparecendo o direito envolto por princípios religiosos e a religião como sendo o próprio direito. O delito era uma ofensa à divindade, que ultrajada, atingia toda a sociedade.

24

O poder dos reis e imperadores também tinha caráter divino e as leis penais encontravam-se em meio a livros sagrados.

À medida que se avança, o crime contra as pessoas e seu patrimônio aumentam, enquanto que aqueles de caráter religioso vão regredindo pouco a pouco, perdendo cada vez mais a sua misticidade. Isso ocorreu não devido à suavização dos costumes, mas de religiosidade.

Com o evoluir da civilização, novos conceitos de valores foram surgindo, dando início ao período denominado Período da Vingança Pública.

As leis já não podiam ser aceitas como simples costumes sagrados, reveladas e sancionadas pelos deuses, misturadas com regulamentos litúrgicos, nos antigos códigos dos templos.

A autoridade pública fortaleceu-se, tornando forte o Estado e, desta forma, com competência para sobrepor-se, ficando responsável pelo exercício da pena, tirando tal responsabilidade da mão do ofendido, da vítima ou de sua família.

Com o decorrer dos séculos o processo de transformação do instituto da pena se estabelece e, já quase no fim da Idade Antiga, o cristianismo começa a exercer grande influência na moderação das

OK

punições cruéis, infamantes e exterminadoras, tendo como característica primordial o valor dado a vida.

Nesse período, duas figuras foram muito importantes: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, sendo que Santo Agostinho preocupava-se com a problemática do mal, mostrando que a vontade livre tem supremacia sobre o intelecto: “Na justiça não se deve esquecer a misericórdia e ao se odiar o delito não se deve esquecer que o delinquente é homem.”

Estabelece a pena como correção e emendas, propondo que a lei humana não castigue além do necessário e na medida do que seja necessário, a fim de manter a paz entre os homens.

Já São Tomás de Aquino, ao contrário de Santo Agostinho, pregava a primazia do intelecto sobre a vontade: “Para a integridade do ato moral, existem dois elementos: a lei e a intenção de agir de conformidade com a lei.”

Na Idade Média poucos eram os crimes capitais, sendo condenados à morte apenas os acusados de traição, homicídio, rapto e incêndio.

Grande importância era dada aos crimes religiosos como a heresia e a descrença, mas a Igreja não promovia a repressão sangrenta, preferindo as penitências e mortificações. Evita-se a pena de morte, utilizando-se a

pena de prisão, punindo o clero através da segregação que estimulava o arrependimento. Aquele que cometia falta era recolhido à cela para reclusão solitária, chamando a esta penitência.

“O homem, a sós com a representação do seu crime, limpa a sua consciência mediante o exercício sistemático da ação catártica do remorso. Por isso, a expiação alcança a sua forma mais pura através da instituição da cela. O réu, a sós com a sua culpa, é obrigado a meditar sobre ela, durante a maior parte de sua jornada, irá retificando os seus sentimentos e edificará para si uma moralidade nova.” (FUNES, 1953. p. 64)

Desta forma, a pena tinha duplo sentido: proporcionar o arrependimento para reconciliação com Deus ao mesmo tempo em que punia.

Foi da internação em mosteiros e reclusão em celas que se originou a pena privativa de liberdade e uso da expressão celular.

Apesar de todo o esforço da Igreja para amenizar as penas, na Idade Moderna registrou-se o apogeu da repressão. A tortura era bastante empregada, não só como forma de procedimento, mas como forma de penalidade: arrancavam-se ou furavam-se a língua, faziam-se incisões nos lábios, amputavam-se as orelhas, nariz e os órgãos genitais, marcavam-se

ok
com ferro quente, fustigavam-se com bastões, usavam-se a chibata, a canga, a roda, etc.

A pena de morte não era a simples privação de viver, mas vinha acompanhada de suplícios, sob os quais o condenado agonizava lentamente, onde o sofrimento era graduado.

A execução da pena objetivava impressionar o povo, por isso era precedida de cerimônia, onde o condenado permanecia em exposição pública.

"O condenado era submetido a um prolongado ritual: passeio pelas ruas, de camisola, descalço, carregando então uma tocha, ou a caminho para o local da execução, carregando cartazes com dizeres alusivos ao crime cometido, nas costas, no peito ou na cabeça, fazia parada em vários cruzamentos, confissão pública nas portas das igrejas, onde reconhecia solenemente seu crime, lendo várias vezes a sentença de condenação. A execução podia ocorrer no próprio local onde o crime fora cometido, com a ostentação do seu instrumento." (OLIVEIRA, 1984. p. 20)

Tinha-se uma reprodução teatral de terror, triunfo e ritual organizado, exibindo ao público um espetáculo lento com sofisticados suplícios.

Tais formas de punição, que se estenderam até os fins do século XVIII e início do século XIX, eram uma maneira de buscar e exigir uma

vingança pública. Para Foucault: “É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar.”

Aos poucos, foi-se mostrando que “o cruel prazer de punir” já não causava mais o horror esperado, e desta forma não servia para objetivar uma vingança pública, pois em cada homem, por pior que seja, pelo menos uma coisa deve ser respeitada quando o punimos: sua “humanidade”.

As autoridades perceberam a necessidade de se rever a forma de punir, com a adoção de uma outra política de apenar.

“Que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplicios que revoltam a humanidade.”

Surge, então, em toda parte, um movimento de protesto por juristas, magistrados, parlamentares, filósofos, legisladores e técnicos do direito que pregavam a moderação das punições, sua proporcionalidade com o crime, dando início ao Período Humanitário da Pena.

Os vários reformadores construíram e divulgaram as suas teorias, cujos princípios renovaram e abrandaram o sistema penal, despertando a consciência pública contra as atrocidades do suplício.

04

Começou-se a perceber que os crimes contra as pessoas (crime de sangue e agressões físicas) foram aos poucos declinando, aumentando, por sua vez, os crimes contra o patrimônio (roubo, furto e fraude) devido a uma grande elevação do nível de vida. Desta forma a justiça tornou-se mais severa com relação aos roubos, registrando-se um desenvolvimento do aparelho policial.

Os reformadores não pretendiam apenas abrandar as penas com o fim dos castigos aflitivos e infamantes, mas queriam atingir também a corrupção existente na justiça, onde instâncias múltiplas a denegriam e a centralizavam ao super poder monárquico.

A reforma pretendia pleitear não só uma nova teoria da justiça da pena, mas que a mesma fosse melhor distribuída, que não privilegiasse uma minoria, mas que fosse justa e universal.

"Fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor, punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade, inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir." (FOUCAULT, 1995. p. 76)

Na realidade, somente com o advento do Código Penal Francês, de 1810, que os progressos práticos dos movimentos dos reformadores

ok
começaram a surtir efeito. Mas é por volta da primeira metade do século XIX que os vários tipos de suplicios são definitivamente abolidos.

“Se pouco a pouco a punição deixou de ser uma cena de terror sobre o corpo do condenado, a nova pena de reclusão que veio substituí-la, por sua vez, também se impôs sobre a vontade, intelecto e disposição do encarcerado, de maneira dolorosa e institucionalizada.”
(OLIVEIRA, 1984. p. 27)

Assim, percebe-se que ao longo dos séculos, em todas as épocas, sempre houve uma variedade de punições e diferentes formas de executá-las, refletindo, desta forma, os costumes punitivos de cada organização social e sua formação cultural.

X
Hoje, o que se encontra, é uma forma de punição menos diretamente física. Procura-se fazer com que o detento sofra sem ter, no entanto, o corpo como alvo principal.

1.2 Surgimento da Prisões

“A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão, antes

*que a lei a definisse como a pena por
excelência.” (FOUCAULT, 1995. p. 207)*

ok
A detenção surge, inicialmente, como uma simples forma de prevenção, para só mais tarde tomar um caráter repressivo e torna-se um tipo de penalidade.

Nas sociedades pouco desenvolvidas a prisão preventiva não era necessária, já que a responsabilidade por uma falta cometida por uma pessoa não deveria ser reparada individualmente mas sim, pelo clã de que ela fizesse parte. Porém, a medida que a sociedade vai se desenvolvendo, aumenta a vida coletiva e se intensifica a responsabilidade individual.

Surge, então, para evitar a fuga, a prisão localizada nos palácios dos reis, nas dependências dos templos, nas muralhas que cercavam as cidades. Eram, em geral, subterrâneas, buracos em forma de fossa, onde o condenado era jogado e relegado ao abandono, apodrecendo na imundície, no meio de vermes, esquecido de todos. Uma vez que a prisão não era generalizadamente instrumento de pena, havia muitas segregações arbitrárias, sem nenhuma culpa formada, muitas vezes até por antipatias políticas, autocratismo e prepotência da nobreza e dos políticos. O rei era

o Estado e a Lei, podendo mandar matar, prender, supliciar ou enterrar nos subterrâneos das prisões.

Como já foi mencionado antes, toda história da prisão está impregnada duma influência religiosa, católica, nos cárceres monásticos.

Foi na sociedade cristã que a prisão tomou forma de sanção.

Primeiramente era aplicada temporariamente e, após, como detenção

perpétua e solitária em cela murada.

até aqui

Segundo MARIANO RUIZ FUNEZ:

"A Igreja instaura com a prisão canônica o sistema da solidão e do silêncio. A sua reforma tem profundas raízes espirituais. A prisão eclesiástica e para os clérigos se inspira nos princípios da moral católica: o resgate do pecado pela dor, o remorso pela má ação, o arrependimento da alma manchada pela culpa. Todos esses fins de reintegração moral se alcançam com a solidão, a meditação e a prece."

Cronologicamente, e com independência das prisões canônicas, as primeiras experiências penitenciárias tem lugar na Europa.

No ano de 1595, a Holanda constrói a primeira penitenciária masculina, e dois anos depois, em 1597, constrói a segunda, esta feminina, ambas em Amsterdã.

No decorrer do século XVII e XVIII organizam-se por várias partes, estabelecimentos de detenção, sem que a sua criação obedeça a nenhum sistema penitenciário. Nesses estabelecimentos se prescindia de toda norma higiênica, pedagógica e moral.

*“Os detidos são amontoados
confusamente numa
promiscuidade intolerável; acham-se
submetidos ao regime mais duro, sofrem
penas disciplinares corporais e são
obrigados a trabalhos penosos. Só
recebem uma alimentação mínima (pão e
água); ocasionalmente são carregados
de cadeias, e a falta de ar, de
alimentação e dos cuidados higiênicos
mais elementares é tal que as febres
infecciosas se propagam no interior das
prisões, dizem os reclusos e
transmitem para fora, produzindo
verdadeiros danos à população
livre.” (PRINS, 1954)*

As exceções são interessantes. Na teoria, um monge beneditino francês, Jean Mabillon (1632) dá idéias generosas sobre as prisões, a respeito dos cárceres monásticos. Na prática, Amsterdã, refúgio então da tolerância e da liberdade, implanta, em 1595, em sua casa de correção um regime baseado na ordem e na disciplina, com separação noturna dos detidos. Em 1677, estabelece-se em Florença uma prisão celular. Em 1703, o papa Clemente XI destina uma parte do Hospício de São Miguel, de Roma, para estabelecimento penitenciário. A casa de força de Gand, de

1775, na Bélgica, tinha o regime de trabalho em comum durante o dia, sob a disciplina do silêncio, e à noite havia isolamento com base numa classificação metódica por categoria dos condenados.

Após o estabelecimento da prisão como instrumento de pena pelo Código Penal Francês de 1810, a pena de prisão se generalizou e se disseminou por todo o mundo.

Vigente até os dias atuais, utiliza-se da prisão como mecanismo definitivo de apenar, deixando, o corpo, de ser o objeto da punição.

1.3 As Normas Penais no Brasil

O Brasil também conheceu as expressões cruentas das penas, na época em que o crime era confundido com o pecado e as punições eram severas: açoites, mutilações, queimaduras e outras modalidades cruéis, mas essas formas de execução da pena eram previstas em Lei. Hoje em dia, mesmo contrariando a Lei, existem casos de presos que são torturados na execução da pena ou mesmo antes do julgamento definitivo.

O Livro V das Ordenações Filipinas, Código Penal que vigorou no Brasil até 1830, ilustra a operação do sistema criminal repressivo, onde a

definição de crime está atrelada a esferas religiosas, moral, política e legal.

A Lei tinha por objetivo a “intimidação pelo terror”. A pena de morte era freqüente, tendo a graduação de “natural”, “cruelmente natural”, “natural para sempre”, pela “força” ou pelo “fogo”, que indicavam níveis diferentes de severidade e gravidade atribuídas a ações criminosas previstas pelo código. As alternativas à pena de morte eram o degrado, o açoite com barão e pregão e outras penas corporais que estigmatizavam o criminoso.

A expressão “morte natural”, significava a extinção da vida. “Cruelmente natural”, o condenado deveria ser supliciado até a morte. Na “morte natural para sempre”, pela força, o condenado ficava pendurado até apodrecer e cair sobre o solo. Já a “morte natural para sempre”, pelo fogo, o condenado deveria ser queimado vivo.

Quando cometia-se o crime de Lesa majestade, que representava a mais alta traição contra a pessoa do Rei ou seu Real Estado, o condenado deveria ser desprezado e isolado de todos. Tiradentes foi condenado por haver cometido esse crime.

Depois de Proclamada a Independência do Brasil, sancionou-se o Código Criminal do Império que estabelecia a individualização da pena.

Para o modo de produção que prevaleceu no Brasil do século XIX - escravismo interno, subordinado a relações internacionais capitalistas, a privação da liberdade (prisão simples) tinha uma função penal complementar a acessória. O controle social penal se exercia predominantemente através da pena de morte, de penas corporais (açoites) e de medidas que reproduziam a condição social escrava (galés e prisão com trabalho). O escravo que não fosse condenado à morte ou às galés, era necessariamente condenado à pena de açoites e imposição de ferros (Art. 60 do Código Criminal do Império) expediente com o qual se preservava sua produtividade em favor do proprietário, e se estabelecia uma ligação explícita entre o poder penal público e privado, já que correspondia ao senhor trazer o escravo "com ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar"(Art. 60).

Com a República, veio o Código Penal de 11 de outubro de 1890. Nele foi abolido a pena de morte e instalou-se o regime penitenciário.

Em 1942, entra em vigor o Código Penal de 1940.

O Código Penal de 1940 e a Lei das Contravenções Penais de 1941, prescrevem as seguintes penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples, diferindo entre si pelo maior ou menor tempo

de privação da liberdade, que é determinada na sentença pelo Juiz.
(BENFICA, 1990)

No ano de 1969, através do Decreto Lei nº 1.004, procurou-se substituir o código anterior, porém, em função de críticas recebidas, não teve vigência, até que foi revogado pela Lei nº 6.578 de 1978. O Código Penal de 1940 sofreu modificações impostas pela Lei nº 7.209, de 11/07/84.

O Código Penal Brasileiro, adotou o sistema progressivo de cumprimento de pena privativa de liberdade, com algumas modificações: inicialmente o recluso ficava sujeito a um período de observação por parte dos encarregados da terapia penal, tempo não excedente a três meses e que era chamado de período de prova. Posteriormente era admitido ao trabalho em comum dentro ou fora do presídio, mantido o isolamento noturno. Num terceiro período, era encaminhado para um estabelecimento semi-aberto ou colônia agrícola, preparando-se para receber o benefício da liberdade condicional, que era então a quarta e última etapa da execução da pena privativa de liberdade. Cumprindo adequadamente a liberdade condicional, o sentenciado readquiria a condição de homem livre.

Hoje ainda prevalece no Brasil, com características básicas, o sistema progressivo, com numerosas variações.

Tentando dar uma nova roupagem à prisão como pena por excelência, a Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal, com fundamento nos ideais da “nova defesa social” tendo como base as novas medidas de assistência ao condenado, aponta para a necessidade da humanização das prisões e alternativas a elas.

Embora possamos considerar louváveis os mandamentos da referida lei, não podemos esquecer que eles estão separados e distanciados por um grande abismo da realidade nacional. Aliás, até hoje, em nenhum lugar, em nenhum tempo, nenhum sistema penitenciário mostrou um conjunto de recursos que tivesse sido considerado, pelo menos, satisfatório. Mesmo porque, jamais foram estabelecidos especificamente, quais seriam, em qualidade e quantidade, tais recursos ideais.

Como diz AUGUSTO THOMPSON, citando GRESHAM M. SYKES:

“Talvez por isso a maioria das pessoas recuse reconhecer uma verdade que está entrando pelos olhos: reformar criminosos pela prisão traduz uma falácia e o aumento de recursos, destinados ao sistema prisional, seja razoável, médio, grande ou imenso, não vai modificar a verdade da assertiva.”

CAPÍTULO II

PRISÃO: ESPAÇO DE DOMINAÇÃO

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber.

- Michel Foucault -

2.1 Um Retrato do Poder e Dominação Exercidos no Sistema Prisional

Como já foi exposto anteriormente neste trabalho, desde muito tempo vem se alterando a forma de cumprimento da pena. À séculos passados, a punição era mais voltada ao corpo, com suplícios e castigos físicos.

Hoje, a forma de punição é menos diretamente física. Procura-se fazer com que o detento sofra sem ter, no entanto, o corpo como alvo principal.

Segundo FOUCAULT apud MABLY (1995. p. 21) “ (...) o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo”.

Não se pretende afirmar com isso que os castigos corporais foram abolidos completamente. Ser privado de ar, sol, espaço; ser confinado entre quatro paredes; se submeter a promiscuidade com companheiros não desejados; viver em condições sanitárias degradantes; ter refeições que não suprem as necessidades, estas, entre outras, são provações físicas que agriem o corpo, deteriorando-o lentamente.

O que se busca mostrar é que, além dessas formas visíveis, há formas veladas de violência que não ferem diretamente o corpo.

O sistema prisional não representa hoje apenas uma questão de grades e muros, de celas e trancas. É visto como uma sociedade dentro dentro de uma sociedade, onde se alterou radicalmente as formas de comportamento. Tem como seu maior objetivo o custodiamento e a manutenção da ordem interna dessa sociedade, concentrando um poder repressivo na mão de poucos. Cria, desta forma, uma distância intransponível entre os que mandam e os que são mandados. Com um regime totalitário, os presos são submetidos a um controle extremo, com constante vigilância e minucioso regulamento, a uma estrutura severa e limitada, sendo impossível a privacidade, pois a conduta e a intimidade de cada um é observada pelos demais.

Ao entrar na prisão o indivíduo deve submeter-se a uma série de humilhações de forma sistemática, com o objetivo de modificar sua personalidade. Esta postura de submissão inicia-se com a tomada dos dados pessoais: impressão digital, fotografias, roupas que serão substituídas pelo uniforme unificado, com a retenção de todos os objetos pessoais e com a perda do nome, substituído por apelidos ou números, o que constitui-se numa das maiores mutilações que se pode impor ao ser cativo.

A partir daí se inicia um processo total de descaracterização individual que será absorvida por atitudes de submissão, transformação existencial do modo de vida do sentenciado, alterando sua vida significativamente e ajudando no enfraquecimento da própria individualidade.)

Nova hierarquia de valores e outro código de comportamento lhes são impostos. Terá que aprender as regras de convívio com os companheiros, e esse código não-escrito ninguém ensina. Para sua própria sobrevivência, no decorrer do tempo, ele vai ter que aprender.

A obediência ao comando e ao corpo burocrático não permite que o preso manifeste sua opinião, sua vontade, seu interesse, fazendo surgir uma grande apatia ou frustração, tirando-lhes a iniciativa, tornando-os hesitantes entre o fazer e o não fazer, aguardando que outros tomem as decisões por eles.

“Esse automatismo, renovado com frequência nas cadeias, é uma tortura; as pessoas livres não imaginam a extensão do tormento. Certo, há uma razão para nos mexermos desta ou daquela maneira, mas, desconhecendo o móvel dos nossos atos, andamos à toa, desarvorados. Roubaram-nos completamente a iniciativa, os nossos desejos, os intuítos mais reservados, estão sujeitos à verificação; e forçam-nos a procedimento desarrazoado.” (RAMOS, 19 . p. 150)

O detento não dispõe do próprio dinheiro nem se mantém às suas custas. Depende do Estado que decide todos os seus atos. A conduta considerada fora das normas estabelecidas, acarretam punição, que além do castigo, pode comprometer toda a vida carcerária do sentenciado, já que a falta cometida vai para seu prontuário e para aboná-la deverá ter, nos seis meses subseqüentes, comportamento exemplar. Neste período, benefício ou entrada de recursos são suspensos.

Além de perder sua auto-imagem, o preso acaba por perder alguns dos seus direitos fundamentais, como votar, responsabilizar-se pelos filhos, manter habitualmente relações heterossexuais.

O marido desliga-se da esposa, a quem verá constrangedoramente em dias e horários estipulados; o pai transforma-se em figura estigmatizada, cuja autoridade debilita-se, pois a condenação gera vergonha aos filhos:

“(...) Quando eles vem me ver (a família) tenho vergonha e remorso pelo que fiz pra mim e pra eles.” (A.D./96 - Depoimento de um detento)

há uma demissão do trabalho, da profissão, do convívio com amigos, enfim a destruição dos papéis representados no modo comum da existência. Sua personalidade enfraquece e quando cumprida a pena, o

sentenciado retorna a vida livre confuso e até alienado. Conforme OLIVEIRA apud FARIA JUNIOR (1984 p. 26)

"A prisionização leva a desorganização da personalidade, à deformação do caráter, à degradação do comportamento e ao abandono dos padrões de conduta da vida extra-muro."

A medida que o sentenciado aceita os valores apresentados pela instituição como forma de reconstrução da personalidade dentro dos padrões impostos, um sistema de privilégios lhe são apresentados.

Na prisão, ao invés de ser proposto padrões de comportamento adequados ao mundo livre, o sistema de castigos e prêmios incentiva os presos a se adequarem à vida do cárcere. Segundo THOMPSON apud BUFFORD (1993 p. 15):

"Na verdade, não é muito difícil ser um bom preso, para aquele que chega a dominar os nervos. O que é mais difícil é saber para que pode servir um bom preso, uma vez sua pena tenha terminado."

Outra questão que agride terrivelmente o preso refere-se à absoluta perda do direito à intimidade e privacidade.

Mesmo estando sozinho em seu cubículo, ele é observado a qualquer hora e a qualquer instante pelo guarda, através de uma fenda colocada na porta.

É revistado diariamente. Durante a noite pode ser acordado com o barulho de chaves a abrir a cela. Tudo é vasculhado: suas roupas, sua cama, seus pertences.

Pode estar caminhando pelo pátio e ser interrompido pela segurança que resolveu lhe fazer uma revista. Levanta os braços, abre as pernas, deixa-se apalpar por mãos estranhas, que retiram de seus bolsos o que encontrar: papéis, cigarros, dinheiro. Muitas vezes o cigarro é destruído, os bilhetes ou cartas, caso haja, são lidos cuidadosamente. Isso tudo pode ocorrer sem que haja um verdadeiro motivo, mas simplesmente porque são presos e “neles não se confia”. Conforme THOMPSON apud BUFFARD (1993. p.)

“A revista não é e nem pode ser considerada como uma simples operação de controle: ela agride, ao mesmo tempo, o corpo real, o corpo imaginário e o corpo simbólico. O homem revistado é um homem possuído.”

Faz-se necessário dizer que, a superlotação, que não consta como uma das “dores da prisão”, vem se transformando num dos maiores problemas do sistema penal, tornando ainda mais degradante a vida na prisão.

Na grande maioria das prisões brasileiras, o espaço é mínimo. As celas superlotadas impossibilitam que os detentos se mexam.

O homem que numa prisão é “depositado” vive em condições subumanas, como animais. Só com uma resistência física e psicológica extraordinária sobreviverá. Violentado, despojado de sua identidade humana, encerrado dentro do próprio cárcere, sujeito à degradação sexual, o homem sai daí, deste “depósito humano”, desta “sementeira da violência e da criminalidade”, sem mais nenhum sentimento que o impeça de violar ou matar.

“Entrei com o artigo 12 e vou sair com todos. Isso é uma universidade.” (N.C./95 - Depoimento de um Detento)

“O fato de não querer mais traficar não é por causa da prisão. É por causa da família. O ódio que tenho no coração me faria continuar no crime. Na prisão fiquei uma pessoa mais dura, amarga.” (N.C./95 - Depoimento de um Detento)

└ Por tudo que foi descrito, somado à outras características da prisão, não é de admirar que o preso tenha um conceito baixíssimo de si mesmo como pessoa, julgando-se o lixo da sociedade, pois se for se comparar com as demais pessoas do mundo livre, o preso tem a dramática sensação de haver atingido o mais baixo nível de degradação, identificando-se como algo que não merece mais que indiferença, descaso e desprezo. ┘

2.2 A Penitenciária Estadual de Florianópolis e o seu Cotidiano

A Penitenciária Estadual de Florianópolis é o mais antigo estabelecimento penal do Estado de Santa Catarina. Foi criada através da Lei nº 1.547, de 20 de outubro de 1926, onde o Poder Executivo era autorizado a organizar o regime penitenciário e a construir um prédio para sua instalação. O artigo 1º da mencionada lei, diz:

“Fica o poder executivo autorizado a organizar nos moldes estatuidos pelo Código Penal da República, o regime penitenciário, adquirindo, ou fazendo construir ou adaptar um prédio, a fim de ser no mesmo instituída a penitenciária do Estado.”

Desta forma, no ano de 1930, sob a orientação do Dr. Edmundo Acácio Moreira, foi inaugurada a Penitenciária de Florianópolis. Inicialmente possuía só uma galeria e um bloco para administração e tinha capacidade para 60 sentenciados.

A penitenciária foi bastante ampliada em 1940, com a construção de um pavilhão com três galerias e com uma capacidade de atendimento a 210 sentenciados.

Em 1965, o estabelecimento contou com a construção de um novo bloco destinado à administração e funcionamento do serviço burocrático.

Através do Decreto nº 5.197 de 03 de julho de 1978, foi aprovada a atual estrutura organizacional da penitenciária.

Considerada de segurança máxima, tem por finalidade dar cumprimento à execução das penas de reclusão e detenção, nos regimes fechado e semi-aberto. É um estabelecimento exclusivamente para homens, maiores de 18 anos, sem nenhuma distinção ou critério de separação. Estão juntos os presos perigosos, de grande periculosidade, os reincidentes, os primários.

Os usuários desta instituição, caracterizam-se, em sua maioria, pelo baixo ou inexistente nível de escolaridade, qualificação precária ou inexistente, baixo nível sócio-econômico e problemas familiares diversos.

Antes de se integrar no cotidiano prisional, o sentenciado deve passar por um período de adaptação ao sistema, que consiste em ficar recolhido em sua cela por um período de 30 dias. Para os agentes prisionais, esse é o período em que o preso reflete sobre sua culpa, sobre seus atos. Para o preso é a forma através da qual a estrutura de dominação se materializa, é o período no qual o homem embrutece.

“Quando a gente mais precisa se comunicar com alguém, não tem direito a essa comunicação.” (C. L. S./95 - Depoimento de um Detento)

Esse período é regulado de acordo com os anos de condenação e nessa fase o sentenciado não pode tomar sol, enviar ou receber correspondência, receber visitas, sendo seu único contato com o mundo extra-muros os agentes prisionais e alguns membros da equipe técnica. Cumprida essa exigência, o sentenciado está apto a fazer parte do cotidiano da prisão.

“O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar.” (FALCÃO e NETO, 1993. p. 23)

Imagina-se que o detento permaneça 24 horas por dia dentro de sua cela. Isso, porém, não ocorre.

Com horários pré-estabelecidos e seguindo normas rígidas, o detento ao acordar já sabe o rotina de seu dia: café da manhã, responder a chamada (onde o agente verifica se houve fuga), trabalho, almoço,, descanso, trabalho, jantar, chamada e toque de recolher.

Algumas vezes há variações nessa rotina. Isso ocorre quando o detento necessita ir ao médico, falar com assistente social ou algum outro membro da equipe técnica; quando vai a culto religioso ou participa de algum programa de ensino ou trabalhos dentro da própria instituição e quando recebe a visita de familiares e amigos. Este, por sinal, é uma

situação de grande importância para o preso, pois o mantém em contato com o mundo exterior e não permite que ocorra o rompimento total dos laços familiares.

“A visita é necessária e importante em tudo. Se o preso não recebe visita sente-se abandonado. Só faz o pior. A visita traz novidades do que se passa na rua.”
(F. R. L./96 - Depoimento de um Detento)

“É muito ruim ficar sem visita. Dá saudade da família e uma tristeza muito grande.” (A. S./96 - Depoimento de um Detento)

“A pior coisa na prisão é que mantém a gente longe da família e dos amigos.”
(M.D.S./96 - Depoimento de um Detento)

A “população” carcerária divide uma área física bastante limitada, sendo forçada a viver numa intimidade estreita. Desta forma, pode-se citar, também, como parte do cotidiano do preso, a sua relação com os demais detentos e a sua relação com os funcionários da prisão, principalmente com o agente prisional, pois é com ele que mantém um contato maior. Isso faz com que o sentenciado, no seu dia a dia, além do sofrimento que a vida prisional lhe impõe, fique dependente do temperamento, interesses e sentimentos pessoais dos funcionários e agentes da penitenciária, que acabam por ter um certo descaso com relação ao detento. Isso ocorre, talvez, pela ausência de valorização e

atenção pelo seu trabalho desgastante. O servidor, muitas vezes, é tão carente quanto o próprio detento, sendo, com frequência, de baixo nível de instrução, sem conhecimento de relações humanas, com baixo salário e despreparados para a função que exercem. Acabam por colaborar no tratamento inadequado recebido pelo detento, o que irá contribuir para o fracasso da ressocialização.

“O preso dificilmente gosta do agente prisional. Sempre desconfia dele e ele do preso.” (L. D. O./96 - Depoimento de um Detento)

“Existe agente sem preparo; sua função é abrir e fechar portas.” (O. J. V./96 - Depoimento de um Detento)

Com relação aos seus companheiros , procura, o sentenciado, adaptar-se às regras de convívio. Teoricamente composto de iguais - todos se acham em regime de cumprimento de pena - a “sociedade dos cativos” tem práticas de dominação mais difíceis de serem captadas. Presume uma estratificação em seu interior que garante o domínio de uns em relação aos outros. Por ser menos visível esta forma de dominação é muito eficaz.

“Quando a gente chega (na prisão) tudo é estranho; a gente vai conversando com os companheiros (...) aí a gente encontra pessoas que são do crime primeiro que a gente que é primário (...). Da primeira vez que eu estive aqui, eu sofri muito, era inexperiente, não sabia nada; agora não, agora já estou pegando a segunda vez,

*agora já sei como fazer para viver
aqui; eu vejo tudo e não vejo nada, eu
ouço tudo e não ouço nada.” (R. A. V./96
- Depoimento de um Detento)*

Com o passar do tempo o preso vai aprendendo a conviver e a enfrentar a dominação do sistema. Sabe, até mesmo, o preço a pagar pelas infrações cometidas. O imprevisível situa-se no cotidiano com os companheiros. as relações que mantém estão envoltas pela cautela, pelo tempo, pelo conhecimento e pelo respeito ao código de ética do mundo da delinquência e vai além deste - por certa cumplicidade que contempla o medo, o silêncio, os pactos. Não aceitar ou não respeitar é caminhar para o imprevisível. (CASTRO, 1991)

Assim, na prisão ao invés de se propor padrões de comportamento à vida livre, o sistema de castigos, códigos e prêmios incentiva o sentenciado a adaptar-se à vida do cárcere.]

* 2.3 A Prática do Serviço Social no Espaço Prisional

O Assistente Social não pode pensar sua intervenção como se fosse independente da estrutura/conjuntura, onde se estabelecem as relações sociais contraditórias, especificamente no tocante às instituições do Estado no exercício da profissão.

Requisitada pelo Estado para concretizar suas políticas, a prática do Serviço Social é também determinada, como a própria instituição, pela correlação de forças que definem o poder. Explicita-se como uma forma de mediação dos interesses de classes. Se as classes existem numa relação contraditória, a mediação do Serviço Social tanto pode conduzir mensagens que legitimam a ordem social vigente, quanto mensagens que a problematizam e contestam. Isso tudo vai depender da correlação de forças e das opções ou postura do profissional, levando em consideração o componente teórico-metodológico, que poderá conduzir na direção da expansão da dominação ou da transformação.


A mediação, idealizada pelo Assistente Social para direcionar a sua prática profissional, não significa simplesmente o papel de intermediário ou porta voz. Refere-se a uma categoria da práxis, presente em nossa prática, com dimensões mais profundas, com um caráter político. Refere-se aos processos ocorrentes nas tramas de relações e refere-se igualmente aos processos e instâncias que ocorrem a nível de consciência e determinantes existentes entre o singular, sentido e vivido por cada um e a sua relação com a classe social a que pertencem.

(FALEIROS, 1995)

“A práxis do serviço Social nas instituições deve ser analisada dentro da dinâmica contraditória das relações de produção que se estabelecem e reproduzem no seu interior, bem como determinadas contradições sociais geradas pelas necessidades concretas dos homens, como pertencentes a uma determinada classe social. Para tanto, inicialmente é necessário entender que esses elementos são relutantes de um processo complexo desenvolvido por certas relações geradas pela ação do homem com a natureza e a própria formação social (da sociedade)”.
(BARBOSA, 1990, p. 15)

O Assistente Social ao atuar numa instituição prisional, enquanto mediador nas relações de poder, deve estar ciente de que seu dia a dia será marcado por contínuas buscas de alternativas para o fazer profissional, já que as barreiras existentes nesse espaço fazem parte do seu cotidiano. Através de um alto grau de reflexão-crítica e criatividade, juntamente com um posicionamento teórico, poderá compreender o que é peculiar à instituição e ao homem na situação de preso e então perceber o tipo de intervenção que deve ser utilizada.

“A práxis possibilita que toda atividade teórica se reveja, se enriqueça, se atualize historicamente. A relação entre a teoria e a prática é que a atividade teórica, coordenada com a atividade prática, realiza a ação transformadora, transformando a natureza e o homem.” (BARBOSA, 1981, p. 35)



Quando sua prática está voltada apenas aos interesses da instituição, sem qualquer reflexão sobre sua atuação, o Assistente Social estará contribuindo para a manutenção ou reprodução das relações de um sistema falho.

Conforme a Lei 7.210/94, Lei de Execução Penal, no seu Art. 22: “A Assistência Social tem por finalidade amparar o preso e o interno e prepará-los para a liberdade.” Porém, se a atuação do Serviço Social estiver voltada apenas ao indivíduo e seu comportamento marginal, estará reproduzindo uma prática permeada por valores filantrópicos, entendidos como mera ajuda. É necessário que se atinja a causa do problema e não só o efeito.

A questão de condicionar o sentenciado à estrutura, contradiz toda uma proposta transformadora que o faria portador de uma consciência crítica em relação a si próprio e a realidade na qual está inserido. Mas como desprender-se das questões de ajustamento social e avançar na visão de transformação numa instituição com caráter punitivo e repressivo?

É importante lembrar que, apesar das grandes contradições e do conflito que se instala na relação teoria/prática, e por mais controladora que uma instituição possa ser, existem sempre perspectivas mais abertas

ou fechadas - dependendo de cada instituição - que podem ser direcionadas à ação em função da clientela.

No entanto, para frustração de todo um discurso sobre as estratégias de ação que devem levar a transformação, o que se percebe é que a atuação do Serviço Social numa instituição prisional se dá de maneira desordenada, sem uma linha teórico-metodológica que se embase. Muitas vezes a Assistente Social transforma sua atuação em simples ação assistencialista, sendo, dessa forma, um mero executor de tarefas.

“(...) não se pode reduzir o espaço profissional a uma prática rotineira, burocratizada, empirista e tarefaira, tal como se constata com expressividade nas instituições. Essa prática não revela mais do que um saber alicerçado no senso comum e na falta de reconhecimento da identidade profissional do Assistente Social.”
(IAMAMOTO, 1992. p. 104)

2.4 O Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis

A atuação do Serviço Social em uma instituição prisional é extremamente necessária. Com base nisso é que em 1970 foi implantado o setor de Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.

Contando com apenas uma assistente social e duas estagiárias para atender cerca de 400 (quatrocentos) sentenciados (fato que contribui para

que a prática se torne fragmentada e rotineira) o setor de Serviço Social é responsável pela orientação, esclarecimento e apoio ao preso com relação a sua condição de vida no momento, visando a sua reeducação e objetivando a sua reinserção social.

O Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina, em vigor desde junho de 1989, através do Capítulo V, determina que:

Art. 27 - A Assistência Social tem por finalidade amparar o preso e internado e prepará-lo para o retorno a liberdade.

Art. 28 - A Assistência Social, exercida por profissionais qualificados, será prestada diretamente ao interno e a sua família.

Parágrafo único - É facultado o auxílio de entidades públicas ou privadas nas tarefas de atendimento social.

Art. 29 - Incumbe ao Serviço de Assistência Social:

I - Conhecer, diagnosticar e traçar alternativas junto com a população presa e os egressos, quanto aos problemas sociais evidenciados;

II - Conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

III - Providenciar, na realização de cursos de alfabetização, ensino profissional e outros;

IV - Relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido e seus familiares;

V - Elaborar relatórios e emitir pareceres, se for o caso, em requerimento e processos de interesse da população carcerária;

VI - Acompanhar o desenvolvimento das saídas para visitas a familiares e para o trabalho externo;

VII - Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação e a cultura;

VIII - Promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e o liberando, de modo a facilitar o seu retorno a liberdade;

IX - Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente de trabalho;

X - Coordenar e supervisionar as atividades dos agentes religiosos voluntários e estagiários do Serviço Social.

XI - Integrar os conselhos religiosos;

XII - Orientar e amparar, quanto necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Art. 30 - Para os efeitos da Assistência Social, conceito de família é compreensivo de todos aqueles que mantenham relações de dependência com o preso, haja ou não parentesco legal.

De forma sistemática, é possível dizer que as atividades desenvolvidas atualmente pelo Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis seguem o Regimento Interno, e são basicamente as seguintes:

- Participação na Comissão Técnica Criminológica (CTC) semanalmente com avaliação e elaboração de relatórios.
- Entrevistas iniciais com todos os sentenciados que ingressam na instituição.
- Atendimento individualizado quando solicitado pelo sentenciado através de memorando.
- Atendimento aos familiares e amigos para a confecção de carteiras de visita.
- Orientação às esposas ou companheiras para usufruírem da regalia do encontro íntimo.
- Elaboração de parecer sócio-econômico-familiar quando solicitado pelo sentenciado para a retirada de sua poupança, em alguma emergência.

- Acompanhamento do período de estágio de aluno do Serviço Social.

- Atendimento às necessidades imediatas dos sentenciados.

- Contato com familiares e outros.

O Assistente Social dispõe de um trabalho amplo, dada a complexidade dos problemas encontrados. A tarefa de fazer o preso aceitar sua atual situação, buscando através dos meios possíveis (atendimento individual, desenvolvimento da autoconfiança do preso, visita domiciliar, etc) que ele consiga se reintegrar à sociedade, não é tarefa fácil. Primeiro pela subordinação do trabalho do Serviço Social às normas de segurança e disciplina - não só o preso fica sujeito às regras, muitas vezes os profissionais também tem sua ação atrelada as normas. Segundo pela dificuldade encontrada na própria sociedade que não favorece em nada o retorno do egresso à legalidade, ou seja, à não-reincidência.

"O Serviço Social (...) procura preparar os indivíduos, os grupos e as comunidades para enfrentar as mudanças; ajudando-os a compreendê-las, aceitá-las e a influir sobre estas possíveis mutações para que o ambiente facilite a vida humana."
(SOUZA, 1987. p. 35)

Em se tratando da relação Assistente Social/detento é possível observar que, quando atendidas pelo Serviço Social, alguns presos freqüentemente apresentam-se de forma mascarada, já que vêem na figura do Assistente Social um representante do sistema que tem nas mãos o poder para puni-los como para favorecê-los.

Este sentimento é agravado pelo fato de o Assistente Social fazer parte das CTC (onde emite parecer sobre o interno para posterior julgamento) ficando sua imagem ainda mais ligada à administração. Ou seja, o sentenciado vê na figura do profissional um representante da instituição que o prende e esta imagem é revertida com a desconfiança e a tentativa de “ganhá-lo”, para que tenha um aliado seu, do lado do poder.

Para modificar esta visão que o preso tem à respeito do Assistente Social, este deve procurar:

- Não colaborar com o sistema penal no sentido de reduzir o interno a um mero receptor, que não participa nem é consultado nas decisões relativas à sua individualidade;
- relacionar-se com cada sentenciado como um indivíduo único, que se encontra numa situação única; (Não se pode negar que dado o número reduzido de profissionais, torna-se difícil a individualização.)

- não fazer julgamento. Todos os detentos já foram julgados e condenados;

- aceitar o detento como ele é. Isso não significa aprovar sua conduta desviada, mas sim conhecer a pessoa no problema e em sua solução;

- deixar o preso expressar seu sentimento, sem críticas. Isso pode ter como objetivo:

- * avaliar tensões;

- * compreender adequadamente o preso na situação-problema;

- * apoiar psicologicamente;

- * aprofundar o relacionamento.

- discrição, como um princípio da natureza ética, onde o Assistente Social deve preservar o sigilo das informações relativas ao preso. (Porém, tem a obrigação de levar à Direção fatos importantes relativos ao preso.)

Quando vai para a prisão, o homem se torna um ser ajustado ou acomodado. Sem ter direito de discutir questões relativas à sua realidade concreta, agrava sua situação de oprimido, o que trás um sentimento cada vez maior de incapacidade e apatia perante as situações problemáticas.

Sabe-se que o assistencialismo supre qualquer possibilidade de o homem ser sujeito, tornando-se passivo, sem a oportunidade de participar de sua própria recuperação.

A idéia de que qualquer direito é adquirido como um “favor” e que para isso o detento tem que dar em troca obediência indiscriminada, é uma forma de controle baseada no assistencialismo.

O preso não deixa de ser um “assistido”. O Estado destina uma verba para as instituições prisionais, o preso recebe alimentação gratuita, tem técnicos e funcionários que trabalham em “função” dele. Com certeza é daí que vem a idéia de que para muitos a vida na prisão é melhor do que a vida na rua.

*“Como as políticas sociais, possui o
Sistema toda uma aparência voltada
para valores humanitários,
escondendo por trás dessa ideologia
uma realidade baseada nas
desigualdades sociais
que beneficia apenas um grupo, o
que detém o poder.”
(CÉLEM, 1983 p. 70)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.”

(GOFFMANN, 1992 P. 11).

A característica principal desse tipo de instituição, se expressa pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibição à saída, através de um esquema físico de isolamento e distanciamento.

Quando se refere às características que tipificam uma instituição total, GOFFMANN coloca como fato básico: “O controle de muitas necessidades humanas pela organização democrática de grupos completos de pessoas...”.

Essa é uma forte característica da instituição total, porém há outras como a divisão de trabalho, o complexo sistema de prêmios e sanções, os mecanismos de rebaixamento, degradação, humilhação e profanação do Eu a que é submetido o indivíduo que é integrante desse tipo de instituição, e no caso da prisão, além das citadas, pode-se citar o contágio ou contaminação carcerária denominada prisionização, cujo processo

atinge a mentalidade de todos os seus integrantes, presos, funcionários e dirigentes.

Durante o período de estágio, foi possível constatar que a ideologia de dominação está fortemente presente. Porém, através de uma relação teoria-prática, que proporcionou uma visão mais crítica a respeito da realidade prisional, dando oportunidade de identificar os limites de uma instituição total, fez entender que existem formas de enfrentamento desses limites, que não podem ser encarados como barreiras à nossa atuação profissional.

Não se pode negar que, colocar em prática o discurso de participação, conscientização e transformação próprios do Serviço Social em uma instituição prisional não é trabalho fácil.

Há uma correlação de forças, tornando evidente que a instituição, espaço de exercício da prática profissional, é um espaço contraditório de ação, onde os interesses dominantes (da direção e demais funcionários) absorvem os interesses dos dominados (os sentenciados) priorizando a disciplina e a segurança em detrimento do trabalho básico do Serviço Social.

"A correlação de forças historicamente situada é que determina nesse embate de grupos antagônicos a predominância de

lii
*interesses ora de uma classe ora de
outra..."(SANTIM, 1985. p. 106)*

Com relação ao preso, foi possível constatar que ao ingressar numa instituição prisional ele torna-se uma figura anônima, numerada, despojada de seus bens, longe de sua família. Torna-se servil, amedrontado pela falta de segurança existente no interior da prisão; é freqüentemente revistado, repreendido e castigado, aprende novas maneiras de viver, novos padrões de comportamento. Sua personalidade se desorganiza. Torna-se impossibilitado, pelas seqüelas profundas, de adaptar-se à sociedade. Esta, por sua vez, preconceituosa, discriminatória, dificulta-lhe os meios de sobreviver social, moral e financeiramente. A prisão é temporária, mas os prisioneiros não deixam nunca mais de ser presidiários. Viverá para sempre sob o estigma da marginalização. Os efeitos da prisão são perpétuos.

É notório que a privação da liberdade não é a medida apropriada para a correção, recuperação ou ressocialização do delinqüente. Pelo contrário, a prisão tem se mostrado extremamente prejudicial. O elevado índice de reincidência por si só atesta suficientemente o fracasso e as falhas do sistema prisional.

Assim sendo, a prisão posterga o recuperar e limita-se, na verdade, a vigiar e a punir, e enquanto a pena guardar seu caráter primitivo e de vingança jamais conseguirá transformar o delinqüente. As atividades, terapêutica e educativa, que preparam o preso para o retorno à sociedade deveriam estar separadas de qualquer sentido de opressão ou castigo. No entanto, não estão.

"Punir e ressocializar simultaneamente resta inoperante, pois punir é castigar, é fazer sofrer.

Punir por punir, além de odioso, causa revolta e a ação ressocializadora só resulta eficiente se estimulada espontaneamente e quando afastada de práticas contundentes coercitivas e do sentimento de desconfiança."
(OLIVEIRA, 1984. p. 230)

Diante da experiência vivenciada na área prisional, foi possível concluir que, a compreensão da realidade de uma prisão é essencial para o desenvolvimento da prática.

Aliado ao referencial teórico, pode-se observar a falta de sintonia entre as propostas de trabalho científico e as dos legisladores, políticos e administradores.

└ A política penitenciária não atende totalmente aos princípios da Lei de Execução Penal, nem se propõe a oferecer um tratamento que possibilite ao sentenciado condições de reinserção social. O

encarceramento serve para punir, socializando o preso para o mundo do crime, ficando em segundo plano o atendimento de suas necessidades básicas.

Desta forma, frente aos obstáculos e dificuldades criados pela própria instituição e subtraindo-se do preso o senso da dignidade, responsabilidade e iniciativa, percebe-se o quanto inútil é o discurso da prisão como forma de recuperar o delinqüente.]

A privação da liberdade, que substitui os cruéis e sofisticados tipos de punição existentes a séculos passados, utiliza-se da prisão como forma de apenar. Assim, o corpo deixou de ser o instrumento direto de punição, pois os efeitos do encarceramento atingem mais intimamente a vontade, o intelecto e as emoções. Na verdade o que houve foi apenas uma transferência do objeto a ser atingido, já que a pena mantém sua característica essencialmente punitiva e repressora.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARBOSA, Mário da Costa. **O serviço social e instituição: a questão da participação.** São Paulo: Cortez, set/1981 p. 31

CAMARGO, Maria Soares de. **Serviço Social & Sociedade n.º 33 (Prisão).** São Paulo: Cortez, agosto/1990 p. 132

CÉLEM, Rosângela. **As relações sociais em prisão do tipo semi-aberta: uma experiência em serviço social.** São Paulo: Cortez, 1983.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

FALCÃO, Maria do Carmo & NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo: Cortez, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.**

Petrópolis, Vozes, 1995.

FUNES, Mariano Ruiz. **A crise nas prisões.** São Paulo: Saraiva, 1953.

GOFFMANN, Erwing. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo:

Perspectiva S/A, 1992. 4ª ed.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jaqueline Bernat de. **Penas perdidas:**

sistema penal em questão. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no**

serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Odeti Maria de. **Prisão: um paradoxo social.** Florianópolis:

UFSC, 1984.

RIBEIRO, Jorge Severiano. **Código Penal dos Estados Unidos do**

Brasil: parte geral. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1942.

SANTIN, Maria Madalena do Nascimento. **Serviço Social & Sociedade**

nº 19 (Assistência e a identidade profissional). São Paulo: Cortez,
dez/1985.

SOUZA FILHO, Alípio de. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a**

pena de morte. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. **Serviço social e instituição: a questão da**

participação. São Paulo: Cortez, 1987.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária.** Rio de Janeiro:

Forense, 1993.